

Elaboração e acompanhamento do PDOTC 2022-2023	Suporte na elaboração do PDOTC 2022-2023 e acompanhamento das suas ações.	Elaboração do PDOTC anual e a consolidação do planejamento da SETIC, englobando em resumo suas diretrizes, informações de planejamento e gestão de TIC, cabendo aos setores e sistemas, ações planejadas, plano de continuidade e capacidade. O plano é feito pelo Diretor, Coordenadores e chefes da SETIC, com apoio e orientação do setor de projetos. Ainda, ficou definido junto ao Diretor da SETIC, que não teremos um Plano de Transformação Digital em separado. O conteúdo desse Plano deve ser contemplado em uma seção dentro do PDOTC e a própria lista das ações planejadas para ser a indicação de transformação digital.	Planejamento das ações da SETIC a serem realizadas no ano de 2022-2023, alinhadas às necessidades do TRT4. Informações com orientações sobre as diretrizes, a governança e gestão de TIC. Informações sobre o Tribunal e entrega de serviços e sistemas. Consolidação do Plano de Capacitação da SETIC. Consolidação de informações sobre o Plano de Transformação Digital.	Elaboração do PDOTC2022-2023 concluída em abril/22. Documento aprovado pelo Comitê de Governança em 09/março/22. Após, início o ciclo de acompanhamento a cada 2 meses.	Cintia Peticco	Em Execução	(janeiro/2022)	(dezembro/2023)		5250	NÃO	https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/22	DENE: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica	OPF7: Fortalecer a governança e a gestão estratégica
Plano Anual de Capacitação 2023	Atualizar e especificar as competências técnicas e gerenciais dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação do ano de 2023. Essa é uma ação recorrente, que acontece de forma anual.	As equipes da Setic, em função da natureza de suas atividades, precisam estar constantemente em processo de desenvolvimento e atualização de competências técnicas e gerenciais, por meio de um processo de capacitação contínua. Desenvolver vinculações às atribuições de cada servidor, e que seja capaz de promover equilíbrio no balanço de capacidade entre as áreas de acordo com as necessidades e a criticidade.	Atender às necessidades de capacitação técnica e gerencial das equipes da Setic. Promover ações de TFBural e entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, alinhados às melhores práticas de mercado.	O PAAC 2023 elaborado e encaminhado para aprovação da Presidência.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	(setembro/2022)	(maio/2024)	A estimar	2800	NÃO		DENE: Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	OPF8: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
Elaboração da nova metodologia de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio	Elaborar a nova metodologia de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio de TIC.	Os processos e os documentos vigentes com a metodologia de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio de TIC estão desatualizados, em contradição com o praticado efetivamente. Com isso, se faz necessária sua atualização.	Revisar a proposta de melhores práticas de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio de TIC na metodologia da SETIC. Atualizar a metodologia documentada atualmente, para refletir a realidade praticada.	Em elaboração o documento o processo de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio de TIC. Necessário ajustes e nova apresentação.	Cintia Peticco	Em Execução	(agosto/2022)	(março/2023)		3375	NÃO		DENE: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica	OPF7: Fortalecer a governança e a gestão estratégica

CANCELADOS

Proposta de encaminhamento de projeto de lei para criação de cargos e funções com atribuições específicas para a área de tecnologia da informação e comunicações	Elaboração de proposta de projeto de lei para criação de cargos e funções com atribuições específicas para a área de tecnologia da informação e comunicações	Aumento das atribuições e responsabilidades da área de tecnologia ocorrendo com a mudança de paradigma do processo judicial para o meio eletrônico, onde a tecnologia absorveu inúmeras atribuições burocráticas e a responsabilidade sobre a guarda e disponibilidade de 100% dos autos dos processos jurídicos trabalhistas, não foi acompanhada de uma política de valorização capaz de remunerar os servidores de acordo com a criticidade das suas responsabilidades para a prestação jurisdicional.	Estabelecer uma política efetiva de valorização aos servidores da área de tecnologia da informação, atendendo às recomendações do CNJ e do CSJT.	Não iniciou o processo em 04/22. Motivo: enquanto se dá a ação precisa ser replanejada e criada em outro momento, no sentido de controlar o acompanhamento da iniciativa nacional que está ocorrendo entre os gestores das TRs, para valorização da carreira V.	Ricardo Kurylenko	Cancelado	(agosto/2022)	(dezembro/2023)		2000	NÃO		DENE: Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	OPF8: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
--	--	---	--	---	-------------------	-----------	---------------	-----------------	--	------	-----	--	--	--

COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZAÇÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD?)	Link GITLab	Objetivo Estratégico Entulhad	Objetivo Estratégico CSJT
SAF - Sistema de Assentamento Funcional (módulo do PROAD)	Implantar o sistema SEGESP e Sistema de Assentamentos Funcionais para gestão e gerenciamento de documentos funcionais de forma digital.	Atualmente a guarda de documentos funcionais é feita em meio físico na SEGESP.	Redução de espaço físico necessário. Maior agilidade na consulta de documentos funcionais. Maior segurança em relação ao armazenamento de documentos funcionais.	ETAPAS DO PROJETO: Conclusão: instalação do SAF em ambiente de homologação e de produção em agosto/2021. Conclusão: expansão do sistema para a SEGESP e DG em agosto/2021. Conclusão: elaboração do manual de usuário.	Alex Fagundes	Suspensão	(junho/2021)	(dezembro/2022)		2125	SIM		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/22	DENE: Promover a Transformação Digital	
Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do modelo RDC/eq para processos eletrônicos ou processos físicos digitalizados	Integração do sistema Arquivística com o ASAM, para o tratamento do acervo de processos. Projeto foi proposto ao CSJT pelo Memorial do TRT 4º Região e o envolvimento da SETIC será no sentido de dar suporte ao projeto de maneira que será desenvolvido para esta finalidade, na qual o TRT4 será o piloto do projeto nacional.	Atualmente os processos físicos de guarda permanente estão sendo digitalizados e armazenados sem atender as requisições previstas em atos normativos que regem a preservação de documentos digitais, em especial acerca dos metadados necessários à identificação dos objetos digitais.	Documento contendo modelo de arquitetura computacional. Análise de requisitos para a aquisição de equipamentos necessários para a implementação do projeto. Análise de requisitos para a implementação do projeto. Análise de requisitos para a implementação do projeto.	Este projeto deriva do projeto de Implantação do ASAM no Memorial e esteve suspenso por 3 anos aguardando um projeto nacional, sendo retomado em 2022. No TRT4 a gerência regional está sob responsabilidade do Memorial (Maurício), com acompanhamento da SETIC para contratação da solução e implantação técnica. Contrato com o IBCT assinado dia 22/02/2022, etapas já iniciadas. Prazo para implantação no TRT4 é de 2 anos (sete/2023). Posteriormente, prazo de 1 ano para implantação nacional e mais 2 anos de suporte.	Alex Fagundes	Em Execução	(janeiro/2022)	(outubro/2024)	Custo solicitado para CDT/TC/Contraste	2125	SIM		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/11	DENE: Promover a Transformação Digital	OPF7: Garantir a duração razoável do processo
PAE - E-REC 2.0	Implantação do EREC 2.0 (módulo de análise de Recursos de Revista integrado ao PAE).	EREC atual desatualizado (tecnologia antiga) e não é integrado ao PAE.	Verão todo o programa de análise de recursos de revista integrada ao PAE, mais moderna e com novas funcionalidades.	O módulo EREC 2.0 (integrado ao PAE) foi instalado em produção em 06/03/21 com a versão 2.0 do PAE. No entanto, em razão de deficiências e bugs identificados, foi definido com a Assessoria de Recurso de Revista que não seria utilizado, tendo-se optado pelo uso do EREC/DESKTOP 2.0. Em 08/07 a versão do EREC 2.0 foi atualizada junto com a versão 2.7 do PAE. Em reunião com a Assessoria de Recurso de Revista em 18/11/2021, na qual foi apresentada esta nova versão, ficou definido que esta ainda não será utilizada até o TRT4 disponibilizar a ferramenta de migração dos dados de despachos. O TRT4 disponibilizou ferramenta para migração dos dados. No entanto, apresentou problemas e estamos aguardando a solução. Além disso, o EREC está apresentando erro na abertura da tela para fazer o despacho. Necessário correção (issue no Jira FJENZ-66056). Analisado se os erros são corrigidos na versão 2.8 do PAE, que entrou em produção em setembro/22. Suspensão por esses motivos e falta de recursos da CIS. Provavelmente será retomado em fevereiro/23.	Alex Fagundes	Suspensão	01/12/2021			3125	NÃO		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/12	DENE: Promover o Serviço de Infraestrutura e Soluções Corporativas	OPF6: Garantir a duração razoável do processo
Reformulação da página de sistemas no VDS e PORTAL	Disponibilizar páginas internas e externas atualizadas contendo os principais sistemas, manuais e informações sobre problemas e respectivas soluções, visando respectivamente para usuário interno e externo.	Registro desnecessário de incidentes. Perda de tempo entre o registro de demandas pelo usuário e a obtenção da resposta.	Auto-atendimento relacionado a utilização de sistemas.	O trabalho de desenvolvimento foi iniciado em 2021, mais em razão de outras demandas foi suspenso. Analisar se o catálogo de serviços que já existe na OracleCloud poderia ser expandido para atender a necessidade de informações para essa ação, incluindo os manuais. A prioridade já retomado e concluído em fev/23.	Alex Fagundes	Suspensão	(junho/2021)	(fevereiro/2023)		4125	NÃO		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/12	DENE: Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	OPF1: Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
Implantação da versão 2.7 do módulo GEMINI	Implantação da nova versão do módulo GEMINI, com divulgação e ampliação do uso da ferramenta para os gestores de desembargadores.	O módulo GEMINI foi instalado em produção dia 06/03/2021, juntamente com a versão 2.6 do PAE. Para registro dessa implantação, foi criada e concluído no PDOTC2020-2021 a ação "PAE: Implantação do GEMINI", a qual teve seu objetivo concluído. No entanto, com a instalação em produção, o versão 2.7 do PAE (em 04/27/21), houve mudanças e novidades nesse módulo, as quais serão implementadas. Além disso, o novo módulo precisa ser divulgado para os demais gestores, visto que foi utilizado basicamente no projeto piloto, pelo DUC Análise de Recurso. Para isso, a presente ação foi criada no PDOTC2022.	Diminuição do tempo de elaboração dos votos realizados pelos acidentados de Gabinete, devido à possibilidade de atualização em processos semelhantes selecionados pelo sistema, utilizando compartilhamento comum entre os.	Forum realizadas a instalação e o treinamento da IA. Suspensão, aguardando resolução do JIRA FJENZ-64098 para que possa ser realizada a nova versão do documento sendo a exportação de dados sigilosos (correção prevista para versão 2.9 do PAE, ano de 2023).	Alex Fagundes	Suspensão	(dezembro/2021)	Assim que a solução for disponibilizada pelo CSJT		2125	SIM		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/14	DENE: Promover a Transformação Digital	OPF3: Garantir a duração razoável do processo
Implantação do SCMP-PATRIMÔNIO	Implantar sistema SCMP-PATRIMÔNIO, em substituição ao sistema atual.	O sistema de PATRIMÔNIO atualmente utilizado é desenvolvido em tecnologia desktop (desktop/olap). Atualmente já temos instalado o sistema SCMP, o qual o TRT4 desenvolve e disponibiliza aos Tribunais que desejam utilizar. Esse sistema possui um módulo de PATRIMÔNIO. Além disso, o sistema SCMP será resuscitado e será nacional.	Utilização de um sistema já em produção. Um sistema a menos para ser dado manutenção. Disponibilização de novas funcionalidades relevantes no sistema atual. Facilidade para migração do sistema nacional.	SCMP Atualizado implantado em produção e em uso. Ainda em utilização o sistema antigo de Patrimônio, desenvolvido em Delphi. Como o sistema SCMP é utilizado apenas na rede interna, definido que se manterá atual o PATRIMÔNIO desde que implantado. Em paralelo, o sistema SCMP será resuscitado pelo TRT4, em nova tecnologia, corrigindo eventual falhas de segurança. Em implantação do SCMP-Patrimônio, aguardando definição para continuidade da elaboração do script de migração de dados do sistema antigo para o novo.	Alex Fagundes	Em Execução	maio/2022	(junho/2023)		1800	NÃO		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/2	DENE: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica	OPF7: Fortalecer a governança e a gestão estratégica
Gestão de conhecimentos sobre o catálogo de produtos judiciais e administrativos	Levantar, em conjunto com as demais coordenadorias, registrar e manter atualizado no ORACLUM as diversas informações técnicas, de sustentação e de negócios relativas aos produtos judiciais e administrativos.	Faltas na atualização de versões de sistemas, de infraestrutura e de novos sistemas para dar suporte a grande volume de informações que precisam ser documentadas de forma controlada e disponíveis a todos os usuários da SETIC. O projeto consiste no levantamento e registro dessas informações.	Possuir uma base de conhecimentos técnicos atualizada que seja acessada por todos os servidores da SETIC.	Já existem informações registradas no sistema ORACLUM. O projeto consiste em ampliar sua utilização, em andamento.	Alex Fagundes	Em Execução	junho/2022	(dezembro/2023)		2000	SIM		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/14	DENE: Promover a Transformação Digital	OPF10: Aproximar a governança de TIC e a proteção de dados
EXI-PAE	Implantar o sistema sistema EXI-PAE nas unidades de 1º grau.	Permitir o registro e a consulta de forma ágil pelas unidades judiciais de bens penhorados, bem como do status de buscas de bens ou valores já realizadas em base de execução.	Reduzir o retrabalho de diferentes unidades na busca de bens ou valores das mesmas reclamações. Compartilhamento de informações sobre bens ou valores entre todas as unidades.	Sistema está instalado no ambiente de produção, com o parâmetro que o habilita desligado. Configuração e treinamento em andamento. Capacitações e treinamentos realizados pela E.J. iniciado em novembro/22, piloto na Central de Mandatos de PDA e após, podendo ser disponibilizado para outras unidades.	Alex Fagundes	Em Execução	(maio/2022)	(junho/2023)		2625	SIM		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/14	DENE: Promover a Transformação Digital	OPF3: Garantir a duração razoável do processo
SIGED: diárias e viagens	Implantar o módulo do sistema SIGED para diárias e viagens.	Atualmente o processo para solicitação de diárias envolve a utilização de vários sistemas: sistema antigo do RH, PROAD e o sistema novo SIGED, tornando o trabalho complexo e desnecessário. Além disso, o SIGED é definido como o sistema nacional e possui um módulo para a realização dessa operação.	Eliminar essa dependência do sistema antigo de RH, contribuindo para sua desativação. Utilização de sistema nacional. Simplificação do processo (antes necessário utilização de 3 sistemas. Com o SIGED, utilização de apenas 1). Redução de possibilidades de falhas. Conclusão do processo.	Sistema está pronto. Aguardando área de negócios definir seus processos, para realização das configurações necessárias e início de fase de implantação em produção.	Alex Fagundes	Em Execução	(junho/2022)	(maio/2023)		3375	SIM		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/14	DENE: Promover a Transformação Digital	OPF3: Garantir a duração razoável do processo

CANCELADOS

Serviço ASAM em nuvem (SaaS)	Análise da viabilidade técnica e financeira da contratação do serviço ASAM em nuvem (SaaS) com posterior migração, se for o caso.	O sistema ASAM utilizado pelo Memorial é uma ferramenta software livre atualmente instalada e gerenciada localmente na SETIC. O projeto consiste em avaliar a viabilidade de contratação de uma empresa especializada no fornecimento desse serviço.	Liberação de recursos humanos atualmente envolvidos na gestão e atualização de infraestrutura do ATOM.	Cancelado em maio/22. Motivo: a ação de "Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do modelo RDC/eq para processos eletrônicos ou processos físicos digitalizados" é uma ação que faz parte de um projeto nacional e vai atender o objetivo de integração do sistema Arquivística com o ASAM, para o tratamento do acervo de processos. Observando que a infraestrutura de apoio nacional, inicialmente está projetada para uma instalação local.	Alex Fagundes	Cancelado	agosto/2022	(junho/2022)		2625	NÃO			DENE: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica	OPF7: Fortalecer a governança e a gestão estratégica
------------------------------	---	--	--	--	---------------	-----------	-------------	--------------	--	------	-----	--	--	---	--

COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZAÇÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD?)	Link GITLab	Objetivo Estratégico Entulhad	Objetivo Estratégico CSJT
Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos (Protocolos de Segurança Cibernética)	Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PSC/eq). O não prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto de Protocolo de Segurança Cibernética, serão realizadas as implementações possíveis de serem priorizadas nesse período. Caso restarem implementações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades de ação de "Protocolo de Segurança Cibernética" é avaliar o risco de implementação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PSC/eq). O não prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto de Protocolo de Segurança Cibernética, com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que foi indicado após essa avaliação, no que se refere a implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos.	Redução de riscos de ataques cibernéticos no TRT4, por meio de implementação de soluções de proteção eficazes.	Elaboração "Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção", para registro das ações a serem realizadas referente a esse item.	Lucia Peticco/Cintia Peticco	Em Execução	(setembro/2021)	(fevereiro/2023)		4625	NÃO		https://portal.trf4.jus.br/consultas/comunicacao/atividade/atividade/21	DENE: Aproximar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPF10: Aproximar a governança de TIC e a proteção de dados

Criação/adequação dos sistemas de monitoramento (Protocolos de Segurança Cibernética)	Adequação dos sistemas de monitoramento do ambiente tecnológico para detecção de anomalias que possam indicar a ocorrência de ataques cibernéticos e conforme for necessário a avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Projeto de Segurança Cibernética - PSCIB). Caso não haja prazo definido, que acompanhe o projeto encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as adequações possíveis de serem prioritárias nesse período. Caso restarem adequações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética" é avaliar as soluções tecnológicas atuais, a fim de verificar quais existem e avaliar quais controlam e boas práticas devam ser adotadas para melhor monitorar, detectar, conter e eliminar ataques cibernéticos. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que foi indicado após essa avaliação, no que se refere à criação/adequação dos sistemas de monitoramento.	Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio de sistemas de monitoramento adequados. Atendimento do Protocolo de Investigação de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PIICER).	Elaborado o "Relatório de Riscos Cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção" para registro das ações a serem realizadas referentes a esse fim. Realizado o estudo NDAV - mídia: EBR, que contempla melhoria na capacidade de monitoramento, bem como o AWS que dá visibilidade de tráfego externo dos sistemas que estão em operação. Em 2023 previsto de realização de ações para monitoramento. Revisar escopo no início do próximo ano.	Lucas Puzatti Círcia Peticco	Em Execução	setembro(2021)	março(2023)		3750	NÃO	https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/indicador/22	GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs (Protocolos de Segurança Cibernética)	Realização de eventuais ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs nos sistemas e serviços, que tem a finalidade de análise das atividades (de acordo com o cronograma do Projeto de Segurança Cibernética - PSCIB). Caso não haja prazo definido, que acompanhe o projeto encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizados os ajustes possíveis de serem prioritárias nesse período. Caso restarem ajustes a serem feitos, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética" é verificar se os relógios e sistemas estão com o relógio sincronizado com a Hora Legal Brasileira, bem como verificar se os relógios e sistemas estão com o relógio sincronizado com a Hora Legal Brasileira, bem como verificar se os relógios e sistemas estão com o relógio sincronizado com a Hora Legal Brasileira, bem como verificar se os relógios e sistemas estão com o relógio sincronizado com a Hora Legal Brasileira.	Veracidade e coerência no registro de horário nos ativos, serviços e sistemas controlados no ambiente tecnológico. Fornecimento de informações para a investigação de ilícitos cibernéticos. Atendimento do Protocolo de Investigação de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PIIC).	Elaborado relatório de análise dos logs/sincronização de hora "PIICUB - Avaliação do nível de registro de informações sobre logs". Realizado o estudo NDAV - mídia: EBR, que contempla melhoria na capacidade de monitoramento, bem como o AWS que dá visibilidade de tráfego externo dos sistemas que estão em operação. Em 2023 previsto de realização de ações para monitoramento. Revisar escopo no início do próximo ano.	Lucas Puzatti Círcia Peticco	Em Execução	outubro(2021)	fevereiro(2023)		3750	NÃO	https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/indicador/22	GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Adequação da SETIC/TRT4 à LGPD - CNJ 363/2021	Realizar análise e implementação das ações prioritárias necessárias de adequação de TRT em relação à LGPD, para adequação do CNJ nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelos Tribunais. O plano inicial para execução dessa ação era Dec21. Na revisão do PDI/2022, definido que a ação permanecerá aberta e que a Diretoria Geral centralizará a organização das ações necessárias em relação à LGPD e envolverá a SETIC quando necessário.	Obrigatoriedade de conformidade com a LGPD. A SETIC ainda descreve a necessidade de ajustes em relação à definição de tratamento de dados pessoais frente à LGPD. A definição sobre o tratamento deve ser realizada por comissão que terá em seu âmbito a atuação da equipe de segurança jurídica, bem como a equipe de TI, para garantir a segurança jurídica e a proteção de dados pessoais que tem ocorrido recentemente.	Adequação à LGPD dos itens que são de responsabilidade da SETIC.	O plano está detalhado no documento https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/indicador/22 . O princípio não será realizado. Após 2, 4, 7 e 9 conclusões. Após o distar dos projetos de automação e inteligência artificial planejados para ser concluído até fevereiro/23.	Lucas Puzatti Círcia Peticco	Em Execução	março(2021)	fevereiro(2023)		3600	NÃO		GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Implantação de solução em nuvem para proteção e otimização de bordo de rede	Contratação e adoção de solução em nuvem para aprimoramento da segurança de bordo de rede, protegendo o Tribunal de ataques (ataques de negação de serviço, injeção de conteúdo em massa e possíveis por injeção de código malicioso) assim mesmo que eles atacam suas fronteiras com a internet. O serviço deverá incluir uma rede de distribuição de conteúdo (CDN - content delivery network), um firewall de aplicativo web (WAF - web application firewall), solução de gestão de redes, inteligência de segurança (SIEM - security information and event management) e serviço de nomes de domínio (DNS - domain name services).	Por mais se se manterem atualizados e permanentemente gerenciados, os mecanismos de proteção de infraestrutura tecnológica tradicional não são suficientes para conter ataques cibernéticos cada vez mais complexos e sofisticados que tem ocorrido recentemente.	Aumentar substancialmente o nível de segurança da informação tecnológica e dos ativos de informação do Tribunal, melhorando a segurança da informação no processo judicial.	Solução AWS contratada (empresa vencedora foi a Claro). Implantação iniciada em agosto, com prazo final para janeiro/23.	Lucas Puzatti Círcia Peticco	Em Execução	junho(2021)	junho(2023)	R\$1.991.089,63 (implantação e 12 mensalidades)	5500	NÃO		GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
SOSI ciclo 2023	Manutenção do nível e da maturidade da segurança da informação no TRT4.	Necessidade de manutenção do nível de segurança da informação em níveis avançados pelo regime.	Manutenção ou melhoria de índices avançados de confiabilidade das informações, sistemas e infraestrutura tecnológica do Tribunal.	Realizada definição do escopo, aprovado pelo Comitê de Gestão de TIC e pelo Comitê de Segurança da Informação. Escopo aprovado pelo Comitê de Gestão de TIC e pelo Comitê de Segurança da Informação. Escopo aprovado pelo Comitê de Gestão de TIC e pelo Comitê de Segurança da Informação. Escopo aprovado pelo Comitê de Gestão de TIC e pelo Comitê de Segurança da Informação.	Lucas Puzatti	Em Execução	março(2022)	dezembro(2023)		2375	NÃO		GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Estudo de contratação de solução de firewall corporativo	Realizar estudos para elaboração, definição e implantação de um processo de testes de segurança das aplicações desenvolvidas e utilizadas no TRT, contemplando avaliação de soluções/tecnologias open source e pagas.	Evitar que um ativo extremamente crítico para o ambiente tecnológico seja utilizado sem contrato de suporte e de atualização, impactando diretamente na segurança e bom funcionamento do ambiente.	Atualização tecnológica da solução de firewall corporativo. Manutenção do nível de proteção do ambiente tecnológico de forma contínua.	Em contato com o TRT12, para a contratação ser nacional. Após a contratação, necessário a implantação da solução. O contrato da solução atenua limite no final de 2023.	Lucas Puzatti	Em Execução	junho(2022)	setembro(2023)	Custo a estimar	4250	NÃO		GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Estudo para implantação de processo de testes de segurança de aplicações	Realizar estudos para elaboração, definição e implantação de um processo de testes de segurança das aplicações desenvolvidas e utilizadas no TRT, contemplando avaliação de soluções/tecnologias open source e pagas.	Atualmente não há processo formalmente definido para realizar testes de segurança de aplicações desenvolvidas ou implantadas no TRT, na fragilidade dos TRT e a falta de ferramentas de testes que podem detectar fragilidades existentes nos componentes e nos softwares utilizados no TRT. Tais análises são realizadas esporadicamente. A intenção é que estas sejam realizadas em intervalos regulares, de forma a aumentar o nível de segurança do ambiente tecnológico.	Aumento do nível de maturidade de segurança da informação. Redução do risco de incidentes cibernéticos.	Testes foram realizados. Ação planejada para fevereiro/23, para que o processo seja desenvolvido e formalizado.	Lucas Puzatti	Em Execução	junho(2022)	fevereiro(2023)		3600	NÃO		GEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPe10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

ACOES E PROJETOS CONCLUIDOS - RESULTADOS E BENEFICIARIOS

Nome	Objetivo/O que foi feito	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados/Realizados	Posição Final	GR/Respon	Status	Início/Previsto	Entrega Produto Final/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZACAO (TOTAL)	E uma Transformação Digital? (PTD)?	Link GitLab	Objetivo Estratégico Entulho	Objetivo Estratégico CSJT
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES															
Estudo para racionalização de impressoras no TRT	Objetivo: Promover a racionalização do uso de impressoras no TRT com as seguintes ações: Realizado estudo de viabilidade em conjunto com o Comitê de Governança de TIC aprovou a aquisição de equipamentos próprios. Em paralelo com a Diretoria de Sustentabilidade do TRT, realizado estudo no qual foi aprovado o novo padrão de distribuição de equipamentos de impressão no TRT, que resultará na redução do número de equipamentos de impressão em uso no Tribunal. O novo padrão foi formalizado pela Portaria 0474/2023, cujo texto foi atualizado para Portaria 4483/2023. Colocada em prática a etapa de redução do número de multifuncionais em uso no TRT (prevista para o ano de 2022). Em 2023, com o término da garantia das impressoras laser Lexmark MS610, será possível realizar a redução desses equipamentos.	As unidades administrativas e judiciais do TRT possuem um número elevado de impressoras instaladas, sendo dados levantados pelo CAU 1 sobre TRT acima em média, apenas 5% da capacidade das impressoras. Em teoria, menos de 10% dos equipamentos atualmente existentes no TRT (incluindo o parque de impressoras de impressões de Regional. Houve determinação da Presidência do TRT (PROCAD 2388/2020, pag.82) para planejamento à contratação da Diretoria Geral para redução do parque de impressoras no TRT.	Estimado/realizado: Menor estocagem na gestão das impressões. Diminuição da quantidade de impressoras em uso. Redução do custo com impressões e manutenção necessárias para atender à demanda de impressões de Regional. O número de equipamentos de impressão em uso no TRT, após a redução já feita, soma 767 equipamentos de impressão em uso. A previsão para 2023 é que o número máximo de equipamentos de impressão seja de 642.	Estudos envolvem redução em todo o TRT4. Em outubro/20, apresentado o estudo comparativo de subscritores de impressões e o projeto de DICA para realização do projeto em 2 fases: contratação para 2021 (PROCAD 1056/2020). O Projeto foi substituído por uma pesquisa realizada em todas as unidades administrativas e judiciais do TRT4 com o objetivo de identificar o nível de utilização de impressoras aprovadas pelo Comitê de Segurança de TIC e pela Presidência, atualizada na Portaria 0474/2023, nos seguintes itens: Vts e Postos: 1 multifuncional e 2 impressoras laser. No caso de haver duas salas de audiências na mesma VT, será fornecida uma impressora laser adicional. CDDP e Centrais de Mandados: 1 multifuncional. Outras unidades: impressoras em menor número possível. Da 2023/22 no âmbito com o Comitê de Governança, ficou definido que a adoção a implementar deve ser a aquisição de impressoras (demais soluções avaliadas foram leasing ou compra de impressões). Resultados do projeto: Antes do projeto, o parque de equipamentos de impressão do TRT era de 463 multifuncionais e 504 impressoras laser (além de 13 impressoras especiais que estão fora do escopo do projeto). Em 2022, a quantidade em utilização estava em 303 multifuncionais e 484 impressoras laser (que estão em garantia até o final de 2022, após, poderão ser reduzidas). Pela proposta de redução aprovada, estima-se que ficará no parque um total de 642 equipamentos de impressão. Com a conclusão desse estudo, a aquisição e o ajuste do número de equipamentos de impressão, conforme os padrões definidos, deve ser encaminhado em novo projeto.	Faia Macaglia	Concluído	18/05/2020	agosto(2022)	Sem Custo	Sem Custo	3750	NÃO	https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/indicador/22	GEN7: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	
Modernização da solução de Quasepal Digital	Objetivo: Analisar o modelo de imagem utilizada na preparação dos computadores de quiques, que atualmente requer um modelo específico de máquina (modelo D570, computador antigo e fora da garantia), e que gera muitos passos manuais após a baixa de imagem propriamente dita, tornando o processo muito demandado. O que foi feito: Atualizado o modelo de imagem a ser utilizado na preparação dos computadores destinados aos quiques. A partir desse projeto, a nova imagem fica disponível para ser utilizada em computadores mais novos, quando assim for definido.	Atualmente é possível utilizar um modelo de computador nos quiques digitais, os computadores Positivo D570, mesmo usando este modelo de computador, a preparação final de um desktop de quiques é extremamente lenta porque é necessário executar diversas passagens manualmente. Com a atualização do processo de preparação desses computadores possibilitará o uso de computadores mais novos além de tornar o procedimento mais rápido e menos suscetível a falhas.	Estimado: Maior agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiques. Utilização nos quiques de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia. Realizado: Maior agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiques. Possibilidade de utilização nos quiques de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia.	A partir desse projeto, a nova imagem foi disponibilizada para ser utilizada em computadores mais novos, quando assim for definido. A troca de computadores não é escopo do presente projeto. Nova imagem concluída em setembro/2022. Projeto sem custo. O custo de aquisição de computadores para os quiques deve ser estimado em novo projeto específico para esse fim.	Alex Lucia Moreira	Concluído	março(2021)	setembro(2022)	R\$10.000,00	Sem custo	3125	NÃO	https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/indicador/22	GEN7: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	
Estudos sobre a utilização de uma nova solução de gestão de Desktops e Notebooks	Objetivo: Manter os computadores e notebooks do Tribunal sempre atualizados, independentemente de estarem sendo usados dentro ou fora da rede do TRT. O que foi feito: Realizado estudo e indicada a ferramenta a ser contratada como solução de gestão de desktops e notebooks do TRT, a fim de manter esses equipamentos atualizados e integrados ao inventário, independentemente de estarem sendo usados dentro ou fora da rede do TRT.	O computadores e notebooks usados fora da rede do TRT, não recebem as mesmas atualizações de software que são disponibilizadas para os equipamentos que estão dentro da rede. Com o aumento do número de equipamentos esse problema se tornou mais grave ainda. Procuramos estudar alguma solução que possa ser contratada para permitir que os nossos equipamentos em teletrabalho recebam atualizações e respondam ao uso dentro do TRT.	Estimado: Computadores e notebooks com software sempre atualizados, independentemente de serem usados dentro ou fora da rede do TRT. Possibilidade de obter as informações para a inventário de software e hardware dos computadores e notebooks do Tribunal, mesmo que estejam em uso fora da rede do TRT. Realizado: Após a contratação da ferramenta indicada no estudo, será possível obter as informações para o inventário de software e hardware dos computadores e notebooks do Tribunal, mesmo que estejam em uso fora da rede do TRT.	Foram estudadas três alternativas: 1) Solução EMS da Microsoft; 2) Solução VPR e 3) TraumaZero. O resultado do estudo foi a adoção do TraumaZero (módulo de inventário e de envio) como a solução. O TraumaZero é utilizado pelo TRT para outros fins. A partir desse estudo, o CERNV deve encaminhar a aquisição de uma licença do TraumaZero, que vence em setembro/22, a fim de acrescentar a utilização desses dois módulos novos. Estudo concluído em setembro/22.	Alex Lucia Moreira	Concluído	junho(2022)	setembro(2022)	Sem custo	Sem custo	3875	NÃO	https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/indicador/22	GEN1: Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS															
Implementação do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas e eSocial Nome antigo: Implantação SIGEP/Folha Web	Objetivo: Implementar o Sistema Nacional de SIGEP e seus satélites para que o TRT4 possa realizar integralmente os pagamentos através da FolhaWeb e envio de eventos para o eSocial. O que foi feito: Implantação do sistema nacional do SIGEP e seus satélites para que o TRT4 possa realizar integralmente os pagamentos através da FolhaWeb. Módulos que estão em produção são: SIGEP Módulo Principal, SIGEP Online, FolhaWeb, SIDS, E-SJD, Conector eSocial, camada de integração SIGEP/Taxi, GEST e GCJ. Além disso, os eventos do eSocial foram enviados nos prazos legais.	Atendimento ao acordo firmado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho CSJT e Tribunal de Contas da União - TCU, conforme cláusula expressa no Acordo TCU nº 1.993/2014. Todos os TRTs devem possuir um único sistema SIGEP - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, incluindo único sistema de pagamento de pessoal - FolhaWeb-IT.	Estimado: Padronização nacional de cálculos e pagamentos. Produtividade, controle e padronização na gestão de pessoas e pagamentos na Justiça do Trabalho. Realizado: De acordo com o cronograma de implantação do sistema legado de desenvolvimento próprio.	O novo sistema de concessões teve sua licitação homologada em novembro/21 e foi integrado em produção na FolhaWeb em janeiro/22. Forma de pagamento de janeiro/22 foi integralmente paga via FolhaWeb. Durante o ano de 2022, realizado acompanhamento de seu funcionamento. Folha legada será descontinuada final de dezembro/22. Eventos do eSocial foram enviados nos prazos legais. Implantação de novos módulos do SIGEP, referente ao ano de 2022, serão destinados na nova ação aberta para esse fim.	Marcelo Zanbasi	Concluído	09/06/2016 (primeira versão Folha Web)	30/12/2022			4250	SIM	https://globo.tribuna.gov.br/procad/indicadores/indicador/18	GEN2: Promover a Transformação Digital	

Evolução do Sistema Nacional de Escolas Juiciais	<p>Objetivo: Aprimorar o sistema desenvolvido para a Escola Judicial pelo TRT da 2ª Região, de forma a atender as necessidades de todas as Escolas da Justiça do Trabalho e a tornar o sistema do SIEJP em que foi desenvolvido, conforme definição do Conselho Superior de Justiça do Trabalho.</p> <p>Atividade Realizada: Versão 1.0.0 O que foi feito: Finalizada a aprovação do Sistema Nacional de Escolas Juiciais, integrado com o SIEJP, conforme definições do CSJT.</p> <p>Versão 1.0.0 (15/10/2021) no TRT 4, e 16/12/2021 para os demais Regionais): reaportação para o SIEJP; distribuição em Docx; ordenamento de Banco de Dados com Liquibase; certificado emitido segundo modelo nacional da ENAMAT; evento teleconferencial; importação de planilhas de eventos; possibilidade de Escola Judicial aprovar a participação de inscritos.</p> <p>Versão 2.1 (12/05/2022): Avaliação de desempenho; novos status de evento (Contratação e Divulgação); campo de Objetivos Estratégicos da Justiça do Trabalho; plano de evento; lista de desenvolvimento de transportes; avaliação em eventos por Parecer.</p> <p>Versão 2.2 (18/09/2022): atualização com Keycloak; importação de planilha de cursos; relatório de capacidades; relatório de interessados; validador de certificados.</p> <p>Versão 2.3 (30/11/2022): Relatório Geral para acompanhamento do Desenvolvimento Geral das atividades, de acordo com a portaria 4 de 2022. view para os dados do Atto Conjurto CSJT/ENAMAT 12022, dedução de participação de público externo; email de dedução de frequência para usuários do Módulo de Diárias do SIEJP; complemento de resposta de Avaliação de Aprendizagem mantida; exportação para o SIEJP de carga horária individualizada para cada docente.</p>	<p>O sistema E.Jud é um módulo do SIEJP e foi criado pelo TRT4. Carece de capacidade para atendimento das demandas nacionais, o sistema passou para a responsabilidade do TRT4 e para ser implantado na Escola Juicial, necessita de várias adequações de funcionalidades pois não tem a totalidade de dados para os estados que a Escola Juicial utiliza e que estão disponíveis em outros sistemas. A planilha, não está integrada ao SIEJP e isso é essencial para várias questões, inclusive CR, não contempla a gestão e gerenciamento das escolas em ações não referentes à capacitação (como aquisições de livros e outras publicações científicas, diárias referentes a viagens de outros eventos, projetos desvinculados de capacitações ou eventos, etc).</p>	<p>Estimado/Realizado: Uso de sistema único para gestão das diversas atividades das Escolas Juiciais. Sistema nacional padronizado</p>	<p>Sistema homologado pela Escola Judicial e em produção na segunda quinzena de outubro/21. Primeira entrega nacional para produção feita em dez/21. Segunda entrega nacional feita em março/22. A terceira entrega nacional feita em agosto/22, com evolução de funcionalidades e melhorias técnicas (performance, autenticação via Keycloak). Quarta entrega nacional feita em novembro/22.</p>	<p>Manoel Zanbassi e André Gualina</p>	<p>Concluído</p>	<p>(fevereiro/2021)</p>	<p>(dezembro/2022)</p>	<p>4000</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução	<p>Objetivo: Aprimorar o Sistema de Apoio à Execução (FAE) para atender novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução, como a incorporação de consultas automatizadas em convênios, preferencialmente a partir de melhorias com as instituições, entre outras.</p> <p>O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. 1) Convênio com a Receita Federal: apresentado para a Corregedoria, que necessita iniciar o processo de sua utilização. Exerce controle com a Justiça Superior do CNJ. 2) Primeira versão da apresentação dos dados do PJe-Cair na FAE: entregue para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. 3) Disponibilização de sistema de destino no processo (previsto 23/3/2022 e 28/3/2022), validado pela Corregedoria e implantado em produção em novembro/22.</p>	<p>A FAE 3.0, desenvolvida em 2020, foi uma importante evolução da versão anterior, focada nas necessidades das Varas do Trabalho. Desde 2021 novas funcionalidades vem sendo desenvolvidas, necessárias para sua evolução.</p> <p>Obs.: O escopo da ação contempla o que for possível ser implementado no ano de 2022. Essa ação estava contemplada em conjunto à ação FAE 2.0.</p> <p>Nacionalização do Sistema de Apoio à Execução. Foi realizado em out/21, por serem duas ações com resultados e prazos distintos.</p>	<p>Estimado/Realizado: Melhor e trabalho do JAE e das unidades judiciais durante a fase de execução dos processos.</p>	<p>Concluído. Caso a área usuária apresente novas necessidades, novas ações devem ser abertas.</p>	<p>Lucia Iperanza</p>	<p>Concluído</p>	<p>junho/2022</p>	<p>(dezembro/2022)</p>	<p>2500</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
Assistente de Sentenças (Assis) Nome Antigo: Automação de minutas de sentenças	<p>Objetivo: Estudar um mecanismo de automação para minutar sentenças em processos de verbas trabalhistas para realimentação, elaboração de minutas de sentenças em processos de verbas trabalhistas, automatizar a base de modelos de verbos e OCR.</p> <p>O que foi feito: Construído protótipo para realimentação, elaboração de minutas de sentenças em processos de verbas trabalhistas, automatizar a base de modelos de verbos e OCR. O OCR (reconhecimento óptico de caracteres) foi utilizado para obtenção de informações em documentos não estruturados, isto é, que não constam em tabelas, como os Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho contidos no PJe.</p>	<p>Apesar de aparentemente não serem complexos, os processos de verbas trabalhistas se repetem e tomam o tempo do magistrado.</p>	<p>Estimado: Analisar o processo de produção de determinadas sentenças.</p> <p>Realizado: Uso de tecnologias avançadas como OCR, IA, automatos e base de modelos de verbos, possibilitando seu estudo, conhecimento e posterior ampliação de uso para a continuação desse e para demais projetos. Possibilidade de ampliação do uso dessas tecnologias e do protótipo já criado, para novos modelos de sentenças e demais documentos.</p>	<p>Dia 14/04 entregue versão inicial do protótipo para início dos testes pela Dra Rôzique. Ação concluída em 04/02.</p>	<p>Fábio Garcia</p>	<p>Concluído</p>	<p>21/02/2022</p>	<p>(dezembro/2022)</p>	<p>1750</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
Pesquisa de Precedentes Qualificados (Pangea)	<p>Objetivo: Demandar da Vice-Presidência, que visa reunir em uma só página a pesquisa por precedentes qualificados do TRT4, do TST e do STF.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizado sistema Pangea (Pesquisa de Precedentes Qualificados), o qual possibilita em um só lugar a pesquisa de precedentes qualificados do TRT4, TST e STF.</p>	<p>O aj.2022.trt4.jus.br lista os precedentes que devem ser observados pelo magistrado ao proferir a decisão. No entanto, a quantidade desses precedentes está crescendo, sendo difícil a consulta em cada Tribunal (TRT4, TST, STF), principalmente porque os textos são disponibilizados em diferentes formatos, em diferentes locais.</p>	<p>Estimado: Permitir que os magistrados e seus assistentes, além de advogados, consigam acompanhar de maneira mais fácil os precedentes de observância obrigatória. Com isso, ganhará o tempo de trabalho, valorização da jurisprudência e segurança jurídica.</p> <p>Realizado: Contribuição para a celeridade processual e segurança jurídica, por meio de aplicação de bases já sedimentadas em decisões anteriores. União de precedentes qualificados nacionais e regionais em um único sistema. Facilidade e agilidade na busca dos precedentes qualificados do TRT4, TST e STF, que foram previamente lidos e indexados por um grupo de trabalho especializado no assunto, possibilitando que a pesquisa seja feita por palavras-chaves e refinada com opções avançadas, como a seleção de origem de origem de decisão ou a edição do precedente. Aumento do acesso à informação, por estar disponível para magistrados, servidores, advogados e público em geral, no site www.trt4.jus.br/menu/jurisprudencia/Pangea-PrecedentesQualificados.</p>	<p>Concluído em 30/março/22.</p>	<p>Fábio Garcia</p>	<p>Concluído</p>	<p>22/02/2022</p>	<p>(30/05/2022)</p>	<p>4625</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
PJe 2.0 - Unificação/desunificação de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas e endereços	<p>Objetivo: Colaborar com os Tribunais da Justiça do Trabalho para desinovelar funcionalidades de arquitetura no PJe para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento de unificação/desunificação de pessoas físicas e seus endereços no cadastro no PJe com as seguintes funcionalidades: compatível com a nova arquitetura tecnológica adotada pelo CSJT, interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe.</p> <p>O que foi feito: Liberada funcionalidade no PJe que permite a unificação/desunificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços.</p> <p>Detalhamento: O sistema permite o cadastro de pessoas e endereços sem que seja informado o documento de identificação CPF/CNPJ, possibilitando assim a inclusão de várias ocorrências de cadastro para a mesma pessoa. A nova funcionalidade permite que, quando o documento de identificação for informado, o usuário consiga vincular os vários cadastros (caso houverem) para a mesma pessoa/endereço.</p>	<p>Atender à solicitação do CSJT para o desenvolvimento das seguintes funcionalidades no PJe: Unificação/desunificação de cadastro de Pessoas Físicas Unificação/desunificação de cadastro de Pessoas Jurídicas Unificação de endereços Essas funcionalidades são necessárias, pois o PJe permite que advogados realizem, ao proferir um novo processo, o cadastramento de pessoas físicas/jurídicas sem identificação de CPF ou CNPJ, gerando cadastros duplicados e incorretos.</p>	<p>Estimado: Adaptar à nova arquitetura de software do PJe 2.0. Maior usabilidade no processo de unificação e desunificação de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços.</p> <p>Realizado: Adaptar à nova arquitetura de software do PJe 2.0. Eliminação de cadastros duplicados com a funcionalidade de unificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e endereços. Menor ocorrência de erro de cadastral.</p>	<p>Unificação/desunificação de cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas concluídas, liberadas na versão 2.0.1 do PJe (em produção no TRT4 em 08/04/22). Unificação de endereços concluída em agosto/22 e está em validação no CSJT. Provavelmente será liberado na versão 2.0.5.</p>	<p>Fábio Garcia</p>	<p>Concluído</p>	<p>14/02/2022</p>	<p>(outubro/2022)</p>	<p>2125</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
AUD4 - Evolução do Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho - 2022	<p>Objetivo: Disponibilizar novas funcionalidades no AUD4 durante o ano de 2022, de acordo com definições do CNJ no CSJT, como: edição de autos/autos pré-definidos, edição de autointerlocução de conciliação, edição do cargo do assessor da ata, qualificação de testemunhas, alteração no registro de presença das partes, entre outras.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizadas novas funcionalidades no AUD4 durante o ano de 2022, de acordo com definições do CNJ no CSJT, como: edição de autos/autos pré-definidos, edição do cargo do assessor da ata, qualificação de testemunhas, entre outras, conforme lista abaixo.</p> <p>Versões já liberadas para o CSJT: Versão 1.1.0 (02/2022) - melhorias na integração com o Zoom e na aba INRSIS do formulário de Conciliação, tratada tentidão da versão 1.1.0. Versão 1.1.3 (05/2022) - melhorias na comunicação com o Shooch através do protocolo HTTP; atualizações de parâmetros e bases de dados INRS 2022, alterações na integração AUD4 e Zoom e atualização das parâmetros e bases de dados INRS na sistemática do INRS. Versão 1.2.0 (08/2022) - cálculo das costas nos autos/autos de arquivamento e desistência; possibilidade de criação de autos/autos (ou unidade ou de magistrado) que enviem informações ao PJe; possibilidade de alteração dos autos/autos durante a edição da ata; inclusão opção para atribuir representante e advogado a todas as integrantes do polo passivo e o demandante passivo; possibilidade de configurar o título do magistrado; alteração no controle de mensagens buscando solucionar falhas no envio das informações do Zoom ao AUD4. Versão 1.3.0 (terceira versão do CSJT em 11/02/2022) - ajuste na disponibilidade nacionalmente; possibilidade de, durante a edição da ata, cadastrar e buscar testemunhas cadastradas; inclusão de opção de usar ou não o sistema; estimativa de IR e INSS passa a utilizar alíquotas e índices do banco de dados; atualização para angular 14.</p>	<p>O AUD4 é o sistema definido pelo CSJT para ser usado em todas as audiências da Justiça do Trabalho e está em constante, a fim de melhor apoiar a edição de ata nas audiências e assim facilitar o trabalho dos secretários de audiências e magistrados. As novas funcionalidades a serem implementadas são definidas pelo CNJ no CSJT. Após implantação em 2020, o CSJT realizou levantamento de novas necessidades, sendo várias delas, prioritárias e realizadas em 2020/2021. Em 2021, foi aberta ação no PDOTIC que registrou as evoluções entregues. A presente ação visa registrar as entregas de 2022.</p>	<p>Estimado/Realizado: Maior facilidade e agilidade na edição das atas de audiências pelas secretarias de audiência e magistrados.</p>	<p>Concluído. Registradas as melhorias realizadas durante o ano de 2022.</p>	<p>Lucia Iperanza</p>	<p>Concluído</p>	<p>07/01/2021</p>	<p>(dezembro/2022)</p>	<p>3750</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
Atualização do sistema de Promoção de Juiz de 1 Grau	<p>Objetivo: Modificar o sistema de Promoção de Juizes de acordo com as determinações da corregedoria.</p> <p>O que foi feito: Sistema de Promoção de Juizes ajustado a fim de atender os novos critérios definidos pela corregedoria, deixando o sistema ainda mais automatizado.</p>	<p>O sistema de Promoção de Juizes permite acelerar o processo de promoção, determinando os critérios pelos quais os magistrados podem avaliar cada juiz por uma série de critérios. Estão sendo solicitadas modificações nos critérios avaliativos e com isso são necessárias alterações no sistema.</p>	<p>Estimado/Realizado: Acelerar o processo de promoção e padronizar os critérios utilizados.</p>	<p>Concluído. Será utilizado em produção dia 20/junho/22.</p>	<p>Felipe Levis</p>	<p>Concluído</p>	<p>março/2022</p>	<p>(20/junho/2022)</p>	<p>3250</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>
Atualização da ACA (Ata de Correção Automática)	<p>Objetivo: Modificar a Ata de Correção Automática de acordo com as determinações do novo correitor.</p> <p>O que foi feito: Realizadas modificações na Ata de Correção Automática (ACA), conforme determinações do novo correitor. As modificações contemplam a automatização do preenchimento das novas metas do CNJ e alterações textuais com utilização de textos padrão.</p>	<p>A Ata de Correção Automática permite à Corregedoria redigir e Ata de Correção com muito mais celeridade, gerando textos padrão e dados estatísticos de forma automática. Estão sendo solicitadas modificações nos critérios avaliativos das reuniões. Com isso, são necessárias alterações no sistema para adequação das novas determinações.</p>	<p>Estimado: Acelerar a correção da Ata de Correção.</p> <p>Realizado: Agilidade, facilidade e maior segurança na correção da Ata de Correção. Com a alteração, não é mais preciso digitar manualmente as metas do CNJ nem textos padrão, agilizando, facilitando e dando maior segurança no preenchimento de informações.</p>	<p>Concluído em junho/22.</p>	<p>Felipe Levis</p>	<p>Concluído</p>	<p>junho/2022</p>	<p>(julho/2022)</p>	<p>3750</p>	<p>SIM</p>	<p>https://giga.trt4.jus.br/portal/usuarios/registro/inscricao/</p>	<p>CENZ: Promover a Transformação Digital</p>

<p>Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em lote - 2022</p>	<p>Objetivo: Desenvolver robôs para execução de operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como procedimentos em lote. Essa ação está descrita de forma genérica, para abarcar e registrar os rotos desenvolvidos durante o ano de 2022, que não estejam mencionados em alguma outra ação específica. As necessidades são identificadas ao longo do ano e normalmente precisam ser atendidas em curto espaço de tempo.</p> <p>O que foi feito:</p> <p>Robôs liberados em 2022:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Robô GRUVE (ora e baixa GRUs no site da Fazenda) Liberado em 10/12/21 mas não respondido no POTIC anterior. Até 14/abril/2022, baixadas 192 GRUs economizando 1 dia útil de trabalho de um servidor. 2) Robô PNEA (para atualização de precatórios e RPVs) primeiro robô nacional desenvolvido e posto no CJST. Liberado em 06/09/22. Até 14/abril/2022 no TRTA, pré-analisados 15.349 processos, protocolados 15.339 processos, 18.065 certidões juntadas, 12.484 intimações lidas e 15.017 registros no GPRec, economizando 864 dias úteis de trabalho. 3) Robô COPAS (conferência para pautas). Liberado em 21/02/22. Até 14/abril/2022, pesquisados 17.059 processos, economizando 553 dias úteis de trabalho. 4) Robô ALVARO (confecção de alvarás) desenvolvido para apoiar alvarás em acordos homologados em ações súmulas e reclamações pré-processuais. Liberado em 04/02/22. Até 14/abril/2022, conferenciados 3.791 alvarás, economizando 15 dias úteis de trabalho. 5) Robô Carim (certificação de intimação) usado para verificar o status dos atos em diversos processos via script. A situação precisava ser certificada nos autos e a parte intimada para ciência. Liberado em março. Até 14/abril/2022 foram praticados os atos em 761 processos, economizando 6 dias úteis de trabalho. 6) Robô PNEA Versão JAP (fiscalização e anexo de digitalização) Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da sua utilização até 14/abril/2022, anexou 4.268 processos, economizando 114 dias úteis de trabalho. 7) Robô PNEA Versão Recurso de Revista (ferramenta de automação em análise de recursos). Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da utilização até 14/abril/2022, o robô já remeteu 47.464 processos para o 1º grau e classificou 83.177 processos, correspondendo a 432 dias úteis de trabalho. 8) Robô Movi Versão JAP (movimentar processos): executado para movimentar processos eletrônicos entre duas varas do PJe. Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da sua utilização até 14/abril/2022, foram movimentados 25.765 processos, com economia de 18 dias úteis de trabalho. 9) Robô Sólido Versão Agenda. Utilizado para suprir deficiência no sistema Sólido na disponibilização de agenda para as unidades judiciais. Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da utilização até 14/abril/2022 foram cadastradas 122 agendas, economizando 25 dias úteis de trabalho. 10) Robô CDFIN: extra dados do módulo de execução financeira do SIOEJ para um arquivo CSV. Liberado em 23/08/22. Até 14/abril/2022, 6.970 registros extraídos, economizando 2 dias úteis de trabalho. 11) Robô eSIC: cadastra servidores do Tribunal no sistema eSIC para permitir o acesso em CPFS eletrônica. Liberado em 27/01/22. De execução única, cadastrou 268 servidores, economizando 2 dias úteis de trabalho. 	<p>Operações repetitivas em sistemas necessárias de serem executadas pelos usuários demandam tempo significativo, no qual poderiam estar realizando outras ações. Por outro lado, a implementação de melhorias em sistemas para viabilizar operações em lote demandam esforço de equipes de desenvolvimento, que podem estar com outras prioridades ou mesmo estar sob responsabilidade de outro Tribunal. Além disso, importante considerar a redução do número de servidores do TRTA e a necessidade de automatização de operações.</p> <p>Estimado/realizado: Liberação do tempo do usuário para realização de outras atividades, que são ações de procedimentos repetitivos. Considerando todos os robôs já desenvolvidos e as execuções de ano 2022 e anos anteriores, o tempo total economizado até o momento (14/abril/2022) foi de 6.830 dias úteis de um servidor (ou 31 anos, 6 meses e 5 dias de trabalho).</p>	<p>Robôs desenvolvidos durante o ano de 2022, conforme resultado junto ao objetivo.</p>	<p>Frederico Cardoso</p> <p>Concluído</p>	<p> janeiro/2022</p> <p> dezembro/2022</p>	<p>3125</p>	<p>SIM</p>		<p>CEN2: Promover a Transformação Digital</p>	
<p>Portal de Transparência de Licitações e Contratos</p>	<p>Objetivo: Disponibilizar Portal de Transparência de Licitações e Contratos, contendo dados de transparência dos processos de licitações, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, adesões e participações.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizado um Portal Público externo, contendo dados de transparência dos processos de licitações, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, adesões e participações. Disponibilizado para os usuários internos das áreas de negócios, um novo módulo para gerenciamento e configuração de documentos associados a esses processos. O portal pode ser acessado em: https://atc.trf4.jus.br</p>	<p>Os envolvidos para essa ação são a lei de transparência no 14.133/2011 e a criação do ranking da Transparência do Poder Judiciário conduzida pelo CNJ, a qual estabelece princípios como a publicidade e a transparência dos atos praticados por gestões e órgãos públicos.</p>	<p>Estimado/realizado: Disponibilização da lei de transparência no 14.133/2011. Disponibilização das informações dos processos de licitações, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, adesões e participações.</p> <p>Realizado: Atualização, sem necessidade de duplicação de informações e sem trabalho no processo de disponibilização das informações, visto que a base de informações e as funcionalidades disponibilizadas fazem parte do próprio sistema de licitações e contratos utilizado pelo TRT 4º Região/SUL.</p>	<p>Rubilar</p> <p>Concluído</p>	<p> outubro/2021</p> <p> abril/2022</p>	<p>3125</p>	<p>SIM</p>		<p>CEN2: Promover a Transformação Digital</p>	
<p>COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA</p>										
<p>Renovação dos ativos de rede de PCA 2021</p>	<p>Objetivo: Expandir garantia dos equipamentos switches de core e de acesso dos prédios do Complexo Praia de Belas, e adquirir novos equipamentos para substituição a partir do novo vencimento de garantia.</p> <p>O que foi feito: Adquiridos e instalados 144 switches de rede nos prédios do complexo Praia de Belas.</p>	<p>Proximidade de término das garantias. Sem garantias, os equipamentos ficam muito sujeitos a entrar e gerar indisponibilidades nos serviços que dependem deles.</p>	<p>Estimado/realizado: Manutenção dos níveis de disponibilidade de rede.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p>	<p>04/05/2020</p> <p> dezembro/2022</p>	<p>R\$4.500.000,00</p> <p>R\$ 9.971.662,78</p>	<p>4625</p>	<p>NÃO</p>	<p>https://atc.trf4.jus.br/sistema/licitacoes/licitacoes</p>	<p>CEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>
<p>Melhoria da climatização do CPD1</p>	<p>Objetivo: Ampliar a capacidade de refrigeração da sala-cofe.</p> <p>O que foi feito: Ampliada a capacidade de refrigeração da sala-cofe. Fomecimento, instalação e ativação de ar condicionado de precisão modelo Emerson Liberty S23 e unidade condensadora HCE33 na sala-cofe no TRT 4º Região, em Ponta Alegre/RS. Fichamento lateral e superior do condutor elétrico da sala-cofe, com instalação de portas de Cor. Adequação no ambiente Sala-Cofe com execução de teste de estanqueidade e auditoria da NHT conforme procedimento PRC4-7.</p>	<p>Com o aumento do número de servidores de rede de 2020, o CPD1 chegou no limite de capacidade de refrigeração. Logo impediu que o datacenter opere com um ar condicionado a menos, o que é importante para momentos de manutenção. Também impediu o acréscimo de novos equipamentos.</p>	<p>Estimado/realizado: Equipamento de climatização entregue e instalado. Ajuste e reatuação de máquinas de climatização (+/-). Permitir o acréscimo de mais carga no futuro.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p>	<p> abril/2021</p> <p> 20/ junho/2022</p>	<p>R\$250.000,00</p> <p>R\$ 344.027,00</p>	<p>5250</p>	<p>NÃO</p>	<p>https://atc.trf4.jus.br/sistema/licitacoes/licitacoes</p>	<p>CEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>
<p>Migração de sistemas de servidores para nuvem</p>	<p>Objetivo: Migrar e migrar sistemas em uso no Tribunal que funcionavam melhor e com mais segurança no modelo de software como serviço (SaaS), MODUL8, SIAB.</p> <p>O que foi feito: Sistemas SIAB e Moodle migrados para rodarem na nuvem, como serviço (SaaS).</p>	<p>Alguns sistemas de terceiros instalados no Tribunal apresentavam falhas de funcionamento. Outros, utilizam versões de ferramentas para as quais existem vulnerabilidades conhecidas. No modelo de serviços em nuvem, há possibilidade de resolução, demanda, pois demandam um alinhamento entre o desenvolvedor/fornecedor, o analista responsável e a equipe de infraestrutura. A migração para o SaaS visa transferir o ônus da manutenção para o provedor, migrando os riscos de falhas e vulnerabilidades, e disponibilizando as equipes do Tribunal, que poderão focar mais em serviços vinculados à atividade fim.</p>	<p>Estimado/realizado: Melhor disponibilidade da solução, uma vez que será mantida por empresa especializada ao que resulta pelo desenvolvedor/Transferir o risco de eventual vulnerabilidade de segurança para fora da infraestrutura do Tribunal, mitigando o risco que essas vulnerabilidades possam ser exploradas e afetarem serviços críticos.</p> <p>Realizado: Permitir maior foco da equipe de TI do Tribunal para serviços críticos mais fortemente vinculados às atividades fim.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p>	<p> julho/2021</p> <p> maio/2022</p>	<p>SIAB: Estimado em R\$15.633,30 em 2021</p> <p>Moodle: Estimado em R\$10.000,00 em 2022</p>	<p>1750</p>	<p>SIM</p>		<p>CEN1: Promover a Transformação Digital</p>
<p>Renovação de no-breaks médios 2022</p>	<p>Objetivo: Ciclo normal de aquisição e troca de no-breaks que atendem o backbone de rede no Complexo Praia de Belas (impedem que a rede caia quando falta luz).</p> <p>O que foi feito: Aquisição e troca de 5 no-breaks médios que atendem o backbone de rede no Complexo Praia de Belas, a fim de impedir que a rede caia quando falta luz.</p>	<p>Necessário atender o ciclo normal de aquisição e troca de no-breaks.</p>	<p>Realizado: Impedir que a rede caia no complexo Praia de Belas no caso de falta de luz.</p> <p>Manutenção dos equipamentos e funcionalidades atuais em relação aos no-breaks médio do complexo Praia de Belas.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p>	<p> julho/2021</p> <p> 19/ julho/2022</p>	<p>R\$100.000,00</p> <p>R\$135.000,00 (5 unidades + R\$27.000,00)</p>	<p>3625</p>	<p>NÃO</p>		<p>CEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>
<p>COORDENADORIA DE GESTÃO E APOIO À GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES</p>										
<p>Plano Anual de Capacitação 2020</p>	<p>Objetivo: Atualizar e qualificar as competências técnicas e gerenciais das servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação.</p> <p>O que foi feito: Elaborado e realizado Plano Anual de Capacitação da SETIC entre 2020 e 2021.</p>	<p>Tá equipe de SETIC, em função da natureza de suas atividades, precisam estar constantemente em processo de desenvolvimento e atualização de competências técnicas e gerenciais, por meio de um processo de capacitação contínua, devidamente vinculadas às atribuições de cada servidor, o que se faz cada vez com as necessidades e a criticidade.</p>	<p>Estimado/realizado: Atender às necessidades de conhecimento técnico e gerencial das equipes de Setic. Previsão para o Tribunal e entrega de serviços dentro de prazos e alta qualidade e eficiência, atendidas as melhores práticas de mercado.</p> <p>Realizado: Alinhar as iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico de TI da Justiça do Trabalho (Resolução CJST 158/2015).</p>	<p>Ricardo Kurylenko</p> <p>Concluído</p>	<p>01/07/2019</p> <p> abril/2022</p>	<p>2020: R\$320.529,64</p> <p>2021: R\$306.046,78</p>	<p>2020: R\$138.414,20</p>	<p>1750</p>	<p>https://atc.trf4.jus.br/sistema/licitacoes/licitacoes</p>	<p>CEN1: Melhorar e Desenvolver as Competências dos Colaboradores</p> <p>OP10: Incrementar modo de gestão de pessoas em âmbito nacional</p>
<p>Revisão dos processos de Desenvolvimento e de Sustentação de Software</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Revisar os processos de desenvolvimento e sustentação de software com o objetivo de unificá-los em um único processo, orientado ao desenvolvimento e gestão de produtos de software.</p>	<p>O atual processo de desenvolvimento de software está direcionado a projetos, o que não envolve a maior parte das ações executadas em sistemas, as quais demandam maior agilidade de atendimento e gerem resultados significativos para o Tribunal.</p> <p>Além disso faz-se necessária a adequação às práticas e ferramentas ágeis adotadas pelas equipes, envolvendo racionalização e utilização ao processo de sustentação de software, cujo serviço importante refere-se a sistemas e prestado aos usuários.</p>	<p>Estimado: Melhorar e simplificar as atividades envolvendo construção de software para entregar com maior agilidade e assegurar maior aderência à metodologia de desenvolvimento.</p> <p>Realizado: Simplificação de atividades e maior agilidade nas entregas, por meio da unificação em um único processo os atuais processos de desenvolvimento e de sustentação de software.</p> <p>Adicionada rede de desenvolvimento de software orientado a produtos.</p> <p>Maior envolvimento da área de negócios no processo, por meio da formalização dos gestores de produtos dos sistemas (postura 2.336 de 20/2021).</p> <p>Atendimento a requisitos de segurança, por meio da inclusão de equipes de segurança da informação no processo.</p> <p>Detalhado de atividades relevantes no processo, como: (Verificar Requisitos LFCO, Registrar Audo como Estratégico, Testar Vulnerabilidade e Verificar Requisitos de Acessibilidade).</p>	<p>Ricardo Kurylenko</p> <p>Concluído</p>	<p> março/2021</p> <p> abril/2022</p>	<p>2375</p>	<p>NÃO</p>		<p>CEN1: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão</p> <p>OP10: Fortalecer a governança e a gestão estratégica</p>	
<p>COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS</p>										
<p>GPREC - Migração dos dados do sistema legado (PRECAT)</p>	<p>Objetivo: Migrar os dados do sistema legado de Precatórios (PRECAT) para o novo sistema (GPREC), obedecendo descritor ou PRECAT e centralizar todos os precatórios em ambiente no GPREC. Deverá ser migrados os precatórios registrados no PRECAT até junho/2020.</p> <p>O que foi feito: Migração dos precatórios dos anos de 1997 a 2020, contidos no sistema legado de precatórios (PRECAT), para o novo sistema GPREC. O sistema GPREC já estava sendo utilizado em produção pelo TRTA desde o ano de 2003 e agora, com a migração de legado, todos os precatórios estão centralizados apenas nesse sistema.</p> <p>O projeto contou com a equipe de CIS e a equipe de ADS e CJT.</p>	<p>O sistema GPREC foi implantado em produção no TRTA EM 2020. Os precatórios registrados a partir de 01/07/2020 estão sendo incluídos nesse novo sistema nacional. Para registro dessa migração, foi criada e concluída no POTIC/CO-2021 a ação: "GPREC - Implantação do Sistema de Gestão de Precatórios", a qual teve seu objetivo principal atingido. Este projeto consiste na migração dos dados do sistema legado (PRECAT) para o GPREC.</p>	<p>Estimado: TRT4 utilizar apenas o novo sistema nacional em gestão de sistema. Descontinuar o PRECAT.</p> <p>Realizado: Todos os precatórios estão centralizados em um único sistema. Integrações futuras com o PJE e com o PUE/CALC.</p> <p>Realizado: Descontinuidade do sistema PRECAT.</p> <p>Utilização apenas do sistema nacional de gestão de precatórios (GPREC), não necessitando consultar o sistema legado.</p> <p>Centralização de todos os precatórios em um único sistema.</p> <p>Possibilidade de integrações futuras com o PJE e com o PUE/CALC.</p>	<p>Alex Fagundes</p> <p>Concluído</p>	<p> julho/2021</p> <p> 07/ outubro/2022</p>	<p>4000</p>	<p>NÃO</p>	<p>https://atc.trf4.jus.br/sistema/licitacoes/licitacoes</p>	<p>CEN1: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão</p> <p>OP10: Fortalecer a governança e a gestão estratégica</p>	
<p>COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS</p>										
<p>Implantação de solução de gestão de vulnerabilidade</p>	<p>Objetivo: Adotar uma solução que possibilite descobrir, monitorar, priorizar a correção de vulnerabilidades no ambiente tecnológico.</p> <p>O que foi feito: Implantada solução de gestão de vulnerabilidades "Tenable", possibilitando descobrir, monitorar e priorizar a correção de fragilidades no ambiente tecnológico do TRTA.</p>	<p>Desconhecimento das vulnerabilidades tecnológicas presentes no ambiente do TRT, possibilitando a ocorrência de incidentes cibernéticos.</p>	<p>Estimado/realizado: Contribuição para o aumento da maturidade da segurança cibernética do TRT.</p> <p>Realizado: Maior efetividade no controle de riscos cibernéticos.</p>	<p>Lucas Pizatti</p> <p>Concluído</p>	<p> abril/2022</p> <p> 06/2022</p>	<p>R\$4.593.828,66 (implantação e 12 mensalidades)</p>	<p>4250</p>	<p>NÃO</p>		<p>CEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados</p> <p>OP10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>

TOTAL DE AÇÕES/PROJETOS POR STATUS

